

## **“RAÇA” E DESIGUALDADE: PROBLEMATIZANDO CONCEPÇÕES**

George Eduardo Ferreira de Mesquita  
Graduado do curso de Pedagogia do DE/CAMEAM/UERN  
[george.mesquita@yahoo.com.br](mailto:george.mesquita@yahoo.com.br)

Maria Jocelma Ferreira Cavalcante  
Graduada do curso de Pedagogia do DE/CAMEAM/UERN  
[jocelmalima\\_12@hotmail.com](mailto:jocelmalima_12@hotmail.com)

Antônia Eliacy de Queiroz Aquino  
Graduada do curso de Pedagogia do DE/CAMEAM/UERN  
[antonia.eliacy@zipmail.com.br](mailto:antonia.eliacy@zipmail.com.br)

Josefa Aldacéia Chagas de Oliveira  
Prof.<sup>a</sup> do Departamento de Educação - DE/CAMEAM/UERN  
[alda.c@brisanet.com.br](mailto:alda.c@brisanet.com.br)

**RESUMO:** Este trabalho discute e problematiza o conceito de raça. Inicialmente, é desenvolvida uma contextualização histórica desse conceito, contemporaneizando-o, focando-se suas bases epistemológicas e as ideologias a ele subjacentes e, por conseguinte, as manifestações racistas que, durante séculos, segregou e ainda segrega grupos humanos sob a alegação de serem inferiores ou não civilizados. Nesse sentido, desenvolvemos uma discussão sobre a origem e o desenvolvimento social desse conceito, denunciando suas consequências na materialidade das vivências de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, em contextos e circunstâncias distintos. Ao se optar pela pesquisa bibliográfica, no percurso metodológico, foi feita uma revisão da literatura sobre a temática, identificando autores/as, clássicos e contemporâneos, que pesquisam a temática. Nesse intento, autores/as, como Candau (2005), Foucault (2002), Freire (2013), Filho (2006), Laraia (2004), Moreno (2011), Munanga (2003) e Silva (2000) constituíram-se referências para a problematização da temática, na medida em que possibilitaram a apreensão da desconstrução científica do conceito de raça e o entendimento de que o mesmo tem servido, em níveis econômico-social e político-cultural, para transformar diferenças em desigualdades, legitimando-se preconceito e minando a formação de subjetividades sensíveis à igualdade na diferença.

**Palavras-chave:** Cultura. Raça e Preconceito. Educação. Igualdade e diferença.

## INTRODUÇÃO

A história da humanidade é marcada pela eliminação física e/ou simbólica do “outro”, a partir de conceitos universalizantes que contrapõem a igualdade à diferença. Quando, na verdade, a igualdade está oposta à desigualdade e não à diferença, pois esta se opõe à padronização e à uniformidade.

Nesse horizonte, o conceito de raça, historicamente, tem se constituído numa questão que tem dividido posicionamentos entre os estudiosos que discutem a temática. Enquanto alguns teóricos negam a existência do conceito; outros o afirmam, inclusive argumentando como um conceito social e político, que segrega os grupos sociais. Há, ainda, os que defendem que este é um conceito biológico, tornando, assim, a discussão em torno da temática um tanto controversa e polêmica.

Em meio às tensões e desafios que permeiam essa polêmica, vale considerar o que muito bem alerta Silva (2000), no sentido de se apreender que a diversidade biológica pode ser um produto da natureza, mas o mesmo não se pode dizer sobre a diversidade cultural, pois, de acordo com o autor, a diversidade cultural não é um ponto de origem, ela é, em vez disso, um processo conduzido pelas relações de poderes constitutivos da sociedade que estabelece “outro” diferente do “eu” e “eu” diferente do “outro” como uma forma de exclusão e marginalização. Nessa ótica, identidade e diferença são inseparáveis, dependendo uma da outra. Elas são produzidas na trama da linguagem. A identidade e a diferença são construídas dentro de um discurso, por isso precisamos compreendê-las como são produzidas em locais históricos e institucionais por meio do discurso. A esse respeito Foucault argumenta que:

[...] são os discursos eles mesmos que exercem seu próprio controle; procedimentos que funcionam, sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se tratasse desta vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso.”  
(FOUCAULT, 2002 p.21)

Essa concepção aponta, então, que o discurso, por meio da afirmação de conceitos essencialistas é incapaz de perceber os processos de mudanças e de transformações sociais que padronizam e marginalizam os diversos grupos sociais. Nesse campo de significação, urge, portanto, o exercício de indagações conceituais, as quais são o horizonte da produção deste artigo.

Mas afinal, o que é raça? Existe alguma “raça” superior à outra ou estamos a falar de culturas? De fato o que existem são diferenças culturais? O conceito de raça, enquanto unidade biológica tem servido para instituir e manifestar, no contexto das práticas sociais e educativas e de grupos sociais, a autorrejeição e a rejeição ao seu grupo social, comprometendo processos constitutivos de identidade? Que ideologias subjazem a criação histórica e social do conceito de raça?

Essas indagações fundamentam o desenvolvimento desta pesquisa, não no sentido de apontar conclusões, mas sim de suscitar elementos para estudos posteriores, propiciando a compreensão da problemática que envolve a temática. São indagações que nortearam o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica ora apresentada, a qual, por sua natureza, conduziu à revisão da literatura sobre a temática investigada, objetivando-se, em sintonia com estudos e discussões realizadas no Curso de Pedagogia, mais particularmente na disciplina Educação e Multiculturalidade, que integra o leque de disciplinas optativas ofertadas no curso, que se vincula ao Departamento de Educação do *Campus* Avançado Prof.<sup>a</sup> Maria Elisa de Albuquerque Maia – CAMEAM, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, propondo-se a atender a interesses e necessidades individuais do formando, complementando os estudos nas áreas de atuação do pedagogo: Educação Infantil, Anos iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Gestão dos Sistemas de Ensino.

Tais estudos e discussões resultaram na construção de compreensões que situam o reconhecimento à diferença estritamente ligado ao questionamento de conceitos homogêneos, estáveis e permanentes que excluem o ou a diferente. O que implica num convite à desconstrução de certezas que foram socialmente construídas, ressignificando-se, pluralizando-se e reinventando-se identidades e subjetividades, saberes, valores, convicções, horizonte de sentidos. Parta tanto, foram utilizados, no percurso da revisão da literatura pertinente, referenciais teóricos clássicos e contemporâneos, mais particularmente, Candau (2005), Foucault (2002), Freire (2013), Filho (2006), Laraia (2004), Moreno (2011), e Munanga (2003), Silva (2000), os quais questionam/problematizam conceitos essencialistas e trata-os como categorias, socialmente construídas, no decorrer dos discursos históricos.

A estrutura organizativa do trabalho deu-se em três tópicos principais. No primeiro, intitulado **Contextualização histórica das ideias de “raça”: a desconstrução da identidade humana**, onde se resgatou os antecedentes históricos do conceito de raça, embora de forma sucinta. No segundo, denominado **A questão étnico-racial na contemporaneidade: algumas concepções** buscou-se situar a discussão étnico/racial nos tempos atuais, com o

intuito de perceber como o debate está avançando para a superação das ideias racistas, na medida em que se vivencia, de certa forma, uma concepção contra-hegemônica dos direitos humanos, cujo pano de fundo começa, como enfatizam Chauí & Santos (2013), “ por uma hermenêutica de suspeita em relação aos direitos humanos tal como são convencionalmente entendidos e defendidos, isto é, em relação às concepções de direitos humanos mais diretamente vinculados à sua matriz neoliberal e ocidental”. No terceiro e último tópico: **A desconstrução do conceito de raça**, onde se operou com as abordagens históricas no campo das ciências humanas e sociais, em que a noção de cultura presta-se, acima de tudo, para fazer uma ruptura com as explicações naturalizantes do mundo social. Afinal, pode-se dizer que um dos consensos que a noção de cultura permitiu construir nas ciências sociais foi o de que não existe nenhuma dimensão puramente natural no ser humano.

Nas considerações finais, foram apresentadas, de forma inconclusa, as compreensões que o estudo possibilitou construir, sobretudo sobre a desconstrução científica do conceito de raça e o entendimento de que o mesmo tem servido, em níveis econômico-social e político-cultural, para transformar diferenças em desigualdades, legitimando-se preconceitos e minando a formação de subjetividades sensíveis à igualdade na diferença e à liberdade com autonomia, salientando-se a importância das lutas específicas estarem alinhadas a um propósito de transformação geral da sociedade.

## **1 CONCEPÇÕES DE RAÇA: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA**

Com o conceito de "raça" pretendeu-se, inicialmente, classificar os seres humanos com um grupo de origens comuns. A grande diversidade de seres humanos pode ser explicada por diferentes fatores, o biológico, o geográfico e cultural. Segundo Laraia (1932), a natureza dos homens é a mesma. O que muda é o seu comportamento, hábitos e costumes, ou seja, a natureza biológica ou genética é idêntica. As diferenciações biotípicas e fisionômicas decorrem de uma série de fatores, entre os quais o geográfico, o climático e o cultural. O equívoco dos formuladores das teorias racialistas reside na consideração de um fator, em particular. Os biólogos, por exemplo, tendem a fixar as suas análises simplesmente no fator biológico e desconsiderar a interveniência de fatores ambientais e culturais na configuração das diferenças entre os povos de diferentes regiões.

No determinismo biológico, os antropólogos afirmam que as diferenças genéticas não são determinadas pelas diferenças culturais, uma vez que, qualquer criança de determinada

cultura, se colocada em outro ambiente desde o início, ela crescerá e não se diferenciara em nada dos demais. As diferenças entre os seres humanos está na sua forma, tamanho e cor. Nesse sentido Laraia (1932) afirma que:

A espécie humana se diferencia anatômica e fisiologicamente através do dimorfismo sexual, mas é falso que as diferenças de comportamento existentes entre pessoas de sexos diferentes sejam determinadas biologicamente. (LARAIA, 1932, p. 19).

Assim, o comportamento dos indivíduos vai depender de um aprendizado, das relações estabelecidas com o meio, e que não depende necessariamente do fator biológico.

Nos animais o fator biológico é determinante, ou seja, por mais que um animal seja criado desde o início por outro ele pode até aprender determinados comportamentos, mas a sua natureza biológica (instintiva) vai falar mais alto; por exemplo, quando um cachorro é criado com uma ninhada de gatos ele jamais miará como eles, apesar de aprender outros comportamentos que contrariam a biologia.

No determinismo Geográfico, as diferenças físicas dependem das circunstâncias do ambiente. É possível existir uma grande diversidade cultural em um mesmo ambiente físico. As diferenças existentes entre os homens não podem se limitar apenas ao biológico e ao geográfico, mas na capacidade de adaptação ao meio, transformando o meio em que vive e se transformando ao mesmo tempo,

A grande qualidade da espécie humana foi a de romper com suas próprias limitações: um animal frágil, provido de insignificante força física, dominou toda a natureza e se transformou no mais temível dos predadores. Sem asas, dominou os mares; sem guelras ou membranas próprias conquistou os mares. Tudo isso porque difere dos outros animais por ser o único que possui cultura. (ibid, p. 24).

Diante disso, podemos inferir à medida que o homem foi evoluindo com o tempo, ele passou a ser considerado um ser acima de suas limitações orgânicas. Que precisa dispor de equipamentos biológicos para se manter vivo, o seu comportamento não depende de sua herança genética mais de um aprendizado, de um processo de endoculturação. O conceito de "raça" se distinguia pelo físico e pela capacidade mental, pelas diversidades físicas entre as pessoas, resultado de herança genética.

De acordo com Laraia (1932), “o homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado”. (p. 45). Através do processo acumulativo, o homem pode refletir e conhecer

experiências das gerações que o antecederam. Nesse horizonte, a cultura é mais do que uma herança genética, são comportamentos, passados de uma geração a outra, no qual o homem por meio dela conseguiu romper barreiras e ir além de suas capacidades físicas. É o que caracteriza como ser privilegiado e dotado de cultura, diferentes de outros animais, tudo o que aprendeu foi com os seus semelhantes e não decorre de imposições originadas fora da cultura. É fundamental compreender que:

Toda cultura pode ser considerada como um conjunto de sistemas simbólicos. No primeiro plano destes sistemas colocam-se a linguagem, as regras matrimoniais, as relações econômicas, a arte, a ciência, a religião. Todos estes sistemas buscam exprimir certos aspectos da realidade física e da realidade social, e mais ainda, as relações que estes dois tipos de realidade estabelecem entre si e que os próprios sistemas simbólicos estabelecem uns com os outros. (LÉVI-STRAUS *apud* CUCHE, 1999, p.94)

## **2 A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA CONTEMPORANEIDADE: ALGUMAS CONCEPÇÕES**

Nossa história é marcada pela origem do preconceito tanto simbólico quanto físico do “outro”. As diferenças fisiológicas e culturais são construídas assim como corrobora Laraia (2004), “pela história cultural de cada grupo”. Os processos de negação do “outro”, muitas vezes, ocorreram no imaginário social, onde as diferenças determinam o ser do outro. Para discutir sobre isso vamos tentar refletir sobre o conceito de raça e etnia como um novo *slogan* adotados como o intuito de tentar encobrir práticas discriminatórias.

O conceito de raça está relacionado com a divisão da humanidade em três grupos raciais; cor da pele, crenças religiosas e o aspecto fisiológico. Já o conceito de etnia busca definir características humanas ligadas a fenótipos (característica de um indivíduo determinado pelo meio) e os estereótipos (características que independem do meio).

Segundo Munanga (2003), o conceito de etnia remete;

[...] um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente tem um ancestral comum; tem uma língua em comum; uma mesma religião; uma mesma cultura e moram geograficamente no mesmo território. (MUNANGA, 2003, p. 11).

Nesse sentido, o conceito de etnia esta relacionada a pessoas que possuem a mesma origem geográfica. Mas vale lembrar também que é possível existir uma grande diversidade cultural localizada em um mesmo ambiente físico. (LARAIA, 2003).

Mas, o problema está relacionado com a origem de ambos os conceitos, tanto o de raça quanto de etnia no qual tem a mesma origem, ou seja, a construção de práticas discriminatórias de um grupo em relação ao outro, em vez de criar práticas de respeito às diferenças e de equidade social, como direito de cada individuo que compõe a sociedade, acaba fazendo da diferença um meio de olhar o outro como minoria, sem dignidade, respeito e valorização.

O mais grave equívoco presente no processo de etnização está relacionado com a tentativa de negar a historicidade de “sentido” atribuído ao conceito de raça que não é apenas uma característica biomorfológico<sup>1</sup>, mas algo construído histórico e socialmente, com o objetivo de promover a divisão e exclusão de grupos, nesse sentido está relacionado a um aspecto negativo.

No século XX, a divisão da humanidade em raças: branca, negra, amarela, parda, não se explica, do ponto de vista biológico. Atualmente, o conceito de raça quando relacionado à humanidade causa polêmicas, pois, a biológica comprovou que as diferenças genéticas entre os seres humanos são mínimas, nesse sentido não se admite que a humanidade seja constituída por raças, mas etnias, por grupos que tem características, desejos e objetivos equivalentes e etc.

Candau (2005) afirma que:

Não se deve contrapor igualdade a diferença. De fato, a igualdade não está oposta à diferença, e sim à desigualdade, e diferença não se opõem à igualdade, e sim à padronização, à produção em série, à uniformidade, a sempre o “mesmo”, à mesmice. (CANDAU, 2005, p. 19).

Reconhecer a diferença e questionar os conceitos homogêneos, ditos pela sociedade que excluem o diferente, é um grande passo dado em prol da valorização e respeito a determinado grupo. Para isso, é preciso desconstruir a idéia de que a diferença étnica e/ou racial seja fator inerente para se caracterizar um indivíduo, é fundamental pluralizar, reinventar identidades e subjetividades, saberes, valores que cada sujeito que compõe a sociedade.

---

<sup>1</sup> Biomorfológica está relacionado aqui à diversidade de sujeitos existentes na esfera social.

## 2.1 O PAPEL DA ESCOLA PARA A VALORIZAÇÃO E RESPEITO ÀS ETNIAS:

Historicamente, as discriminações no interior da escola contrapõem a comum afirmação de que a escola é o lugar da igualdade. A escola, ao mesmo tempo em que é vista como uma via de acesso à cidadania, à capacidade crítica, ao mercado de trabalho, também é considerada como um mecanismo de exclusão social. O cotidiano escolar está impregnado do mito da democracia racial – um dos aspectos da cultura da classe dominante que a escola transmite, pois representa as classes privilegiadas e não a totalidade da população, embora haja contradições no interior da escola que possibilitam problematizar essa cultura hegemônica, não desprezando as diversidades culturais trazidas pelos alunos.

São processos educacionais baseados numa visão eurocêntrica, contrariando o pluralismo étnico-cultural e racial da sociedade brasileira. E os educadores e responsáveis pela formação de milhares de crianças, adolescentes, jovens e adultos, na sua grande maioria, são vítimas dessa educação preconceituosa, na qual foram formados e socializados e incorporam, no contexto das práticas educativas e da organização curricular, os valores da cultura dominante, tanto de forma implícita quanto explícita, com saberes únicos, sem qualquer referência às historicidades vividas e aprendidas pelos alunos em seu contexto.

A escola como espaço social e socializador deve ter como princípio a implementação de um currículo que contemple a multiculturalidade existente, onde os sujeitos se pertençam, em suas identidades, pois estas são construções que se fazem com atributos culturais. A identidade confere diferenças aos grupos humanos. Ela se evidencia em termos da consciência da diferença e do contraste do outro. Assim,

Pertencer ou não a um segmento étnico/racial faz muita diferença nas relações estabelecidas entre os sujeitos da escola, nos momentos de avaliação, nas expectativas construídas em torno do desempenho escolar e na maneira como as diferenças são tratadas. (UNESCO, 2005, p. 240).

Para tanto, a escola precisa assumir o múltiplo, o plural, reconhecendo que os alunos são diferentes, que possuem uma cultura diversa e que repense o currículo, a partir da realidade existente dentro de uma lógica de igualdade e de direitos sociais. Afinal, a exclusão escolar não está relacionada somente com o fator econômico, ou seja, por ser um aluno de origem pobre, mas também pela sua origem étnico-racial, dentre outras manifestações de alteridade, numa concepção antropológica.

O Brasil, num contexto de uma formação social bastante segregatória, tem construído bastantes avanços, no campo das políticas públicas de reconhecimento e respeito às diferenças, nas duas últimas décadas, ganhando destaque especial quando, no ano de 2003, foi sancionada pelo ex – presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva a Lei Federal nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Africana e Afro-Brasileira e da contribuição das populações de origem africanas no Brasil bem como para a formação da identidade nacional. Essa Lei visa a estabelecer relações étnico-raciais na educação brasileira, com o objetivo de supera práticas escolares discriminatórias e excludentes contra alunos negros e afrodescendentes no espaço escolar.

A implementação dessa lei, considerados os seus limites, visa à superação do racismo no ambiente escolar, com a inclusão de conteúdos específicos com foco na superação do racismo praticado em relação aos negros e no estudo da contribuição destes povos para a formação cultural, histórica e social histórica, do povo brasileiro, constitui, também, uma vitória das lutas históricas do movimento negro em prol da educação, mas representa, também, um desafio tanto para a escola quanto para os professores e principalmente para os alunos.

Porém, é fundamental compreender que a garantia de direitos não é suficiente para que estes se efetivem no cotidiano existencial das pessoas. É preciso que se construa uma educação pautadas na exigibilidade de direitos e, no que se refere à educação escolar e à formação de professores, é emergente a revisão e redimensionamento de muitas de suas práticas de modo que possa construir uma pedagogia voltada para o respeito ao universo dos educandos, dos saberes locais que lhes conferem uma identidade própria. Cabe à escola conferir ao seu currículo um caráter emancipatório, que leve em consideração as questões relacionadas à cultura e a linguagem dos grupos populares, promovendo a interação com diferentes grupos culturais e étnicos.

Nesse sentido, uma formação multicultural deve voltar-se para o local de modo que os educadores possam romper com tais práticas possibilitando aos educandos. A esse respeito, Gadotti enfatiza que:

A educação multicultural vem em auxílio do professor para melhor desempenhar sua tarefa de falar ao aluno concreto Ela valoriza a perspectiva do aluno, abrindo o sistema escolar e construindo um currículo mais próximo da sua realidade cultural. (1992, p. 4)

Enfim, pensar numa formação que tenha um caráter multicultural exige que indagar de que forma as práticas pedagógicas foram ou estão sendo colonizadas por um discurso excludente e homogeneizador.

### **3 A DESCONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE RAÇA**

O conceito de raça tem, historicamente, balizado processos de desumanização e exclusão, na medida em que hierarquizaram humanos, tipificando-os de “bárbaros”, “selvagens”, “primitivos”, como se não humanidade houvesse os desprovidos da condição humana e, por sua vez, os inferiores e os dotados de humanidade e de superioridade. Do lado dos superiores, estavam os povos provenientes do continente europeu. É importante, aqui, ressaltar, que o conceito de raça nem sempre esteve atrelado à ideia de cor da pele. Este elemento foi inserida nas ideias racialistas muito depois. A ideia de raça surge da lógica do conquistador, de forma que os europeus consideravam inferiores ou não civilizados todos os povos que estavam fora das fronteiras da Europa e dos padrões europeus. Dá-se a isto o nome de eurocentrismo, ou seja, a crença na superioridade dos povos europeus sobre os demais povos. Neste sentido, de acordo com Freire (2007, p. 205):

[...] a ótica da diversidade cultural se vê historicamente embaçada pela lente do etnocentrismo, que resulta da observação de um grupo sob a perspectiva e valores da cultura do grupo observador, que a contrapõe com ares de superioridade sobre a cultura observada e de estranheza de seu entendimento, o que leva ao repúdio de formas culturais alienígenas, tachadas de desumanas, imorais ou selvagens, conforme aconteceu na antiguidade, quando o que não era comum à cultura grega era bárbaro, passando a civilização ocidental a usar o termo para o mesmo sentido de selvagem, que, além de significar o que é da selva, ultrapassa o sentido etimológico para evocar um gênero de vida animal, oposto à cultura humana. Assim, lança-se fora da cultura o que não se conforma com a norma sob a qual vive o observador, para o campo da natureza, dissociando os termos natureza e cultura, mesmo antagonizando-os, levando a entender que os selvagens são excluídos da humanidade, pois a noção do que é humano cessa nas fronteiras da tribo.

Em sentido bem próximo, Moreno (2011, p. 20) afirma que a postura do conquistador, neste caso a postura eurocêntrica tende a se refletir também nos homens de ciência. Segundo ele,

O impacto da postura eurocêntrica se fez notar no discurso dos grandes pensadores. Hegel, apontado por Karl Marx como o último dos filósofos, um intelectual muito influente no mundo contemporâneo, definiu em sua Filosofia da História que a África não demanda mudanças e nem desenvolvimento (...) os povos negros são incapazes de se desenvolver e de receber uma educação.

Como ao conquistador interessa manter o poder e o controle sobre os conquistados é que os mesmos, através da ciência, da filosofia ou da religiosidade, desenvolveram as teorias racistas legitimadoras da divisão entre grupos humanos e da moralidade do controle de um grupo dominante sobre os demais grupos marginalizados. Uma consequência direta dessa crença soberba foi o desenvolvimento da escravidão de povos do continente africano e posteriormente dos índios da América Latina. Tanto um quanto outro desses povos foram tratados na condição de subumanos ou animais, sem ter qualquer direito sobre as suas próprias vidas. Ainda segundo Moreno (2011, p. 20),

Os argumentos cientificistas serviram aos interesses colonialistas e deram justificativas a todo o tipo de exploração impetrado pelos europeus aos povos africanos e indígenas. Assim como em tempos anteriores argumentos teológicos foram utilizados para balizar o uso do trabalho escravo no novo mundo, disciplinas como a Geografia e a Antropologia foram criadas com claros interesses de lançar bases à colonização da África, consolidada ao final do século XIX.

Como podemos depreender da citação acima, a divisão da humanidade em raças, que posteriormente serviu de justificativa para a escravidão, foi benéfico para uma classe social, aquela detentora do poder material, cultural e científico. Apesar do exposto, cabe fazer a ressalva de que a escravidão não foi premissa dos europeus. Entre os povos da África havia o costume da escravidão, no entanto, ele só se aplicava em casos de prisioneiros de guerra, ou seja, os homens capturados em batalha eram rebaixados à condição de escravos. A escravidão para fins de comércio, entretanto, é prerrogativa dos povos conquistadores da Europa.

Não é nada fácil problematizar o conceito de raça, haja vista que este é complexo, no sentido de envolver uma série de fatores de natureza histórica, social e biológica. Além disso, o conceito de raça já foi sustentado por homens de ciência. Isto quer dizer que existem raças? Não. Isto quer dizer que determinados homens de ciência apoiaram esta ideia a fim de manter o domínio de uma classe sobre outras. O filósofo Aristóteles, por exemplo, afirmava ser natural a existência de homens e mulheres que só prestavam para servir outros homens e

outras mulheres. Segundo ele, portanto, haveria pessoas superiores e pessoas inferiores a outras, o que, por sua vez, legitimaria a escravidão de um ser humano por outro. De fato, as ideias do filósofo grego serviram para legitimar social e racionalmente a existência de raças e a escravidão de umas sobre outras.

As ideias biológicas de raça também deram seu contributo à consolidação do conceito. Essas teorias, formuladas com a única intenção de legitimar o poder de uma classe sobre as demais, baseavam-se em análises meramente anatômicas, oferecendo respostas superficiais sobre as diferenças entre seres humanos. Tanto é assim que logo foram derrubadas por estudos cientificamente comprometidos. Vejamos o que diz Moreno (2011, p. 24) a este respeito:

No ano de 1959 Livingstone publicou o artigo intitulado “A não existência as raças humanas”, diante da complexidade e da inconsistência dos critérios adotados para qualificar os tipos humanos, ele recomendava a renúncia do sistema de classificação e adoção da árvore genealógica. É que dependendo do critério adotado, obtêm-se mapas diferentes, daí a conclusão de que a teoria das raças seria insuficiente e mítica. Dez anos após esta publicação a UNESCO divulgou uma declaração na qual a ideia de raça era tratada menos como fenômeno biológico do que como um mito social.

Nos últimos anos, com a superação do cientificismo, as ideias de raça têm perdido sua validade. A ideia de raças dentro da humanidade já é tão ilógica quanto ultrapassada. Fizemos a menção de que as teorias biológicas de raça tinham por finalidade legitimar o poder de uma classe, entretanto, é oportuno salientar que esta classe era (é) formada por povos de origem europeia, legitimando assim a imagem eurocêntrica e a pretensa superioridade dos povos europeus.

Freire (2007, p. 204) comentando a obra de Lévi-Strauss (1976) *Raça e História*, afirma o seguinte:

O texto aborda a questão do racismo escondido sob o tema proposto, pois que, observa o autor, se existe originalidade de contribuições culturais esta se deve a circunstâncias geográficas, históricas e sociológicas, não estando relacionadas à constituição anatômica ou fisiológica dos negros, dos amarelos ou brancos, apontando como pecado original da antropologia a confusão entre a noção puramente biológica de raça e as produções sociológicas e psicológicas das culturas humanas, concluindo que há muito mais culturas humanas que raças humanas. Daí porque falar em contribuição das raças para a civilização mundial pode, ao contrário de constituir fator integrador dos povos, redesenhar preconceitos ainda mal desenraizados de seu fundo biológico.

Como demonstrado por Freire (2007), o conceito de raça baseado na cor da pele ou nas diferenças fisionômicas e anatômicas não se sustenta. A cor da pele, a cor dos olhos, a forma do cabelo são como vernizes diferentes passados sobre uma base idêntica. Esta base são os genes, as estruturas biológicas responsáveis por configurar os nossos corpos de acordo com heranças biológicas, as quais podem ser recentes ou remontar aos ancestrais da espécie. O que a ciência tem demonstrado, portanto, é que a base genética da humanidade é idêntica.

As diferenças de cor, de estatura ou de inteligência não resultam de estruturas inatas, mas podem ser decorrentes de influências ambientais e/ou sociais. Assim, se antes a ciência foi utilizada para legitimar as raças e a escravidão, hoje ela pode ser uma aliada no processo de desconstrução do equívoco racista. Embora tenhamos que reconhecer a importância das descobertas científicas neste processo, devemos salientar essa desconstrução não deve estar restrita apenas a este aspecto. Independentemente de a ciência atestar ou não a inexistência de raças deveríamos reconhecer a humanidade do outro.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir das discussões desenvolvidas até aqui, é pertinente afirmar que, um ponto de vista científico, o conceito de raça balizou justificativas a todo o tipo de exploração exercida, pelos europeus, aos povos africanos e indígenas, da mesma forma que, em tempos anteriores, argumentos teológicos foram utilizados para balizar o uso do trabalho escravo no novo mundo. Assim, o termo etnia é fundamental para demarcar que indivíduo pode ter a mesma cor da pele que o outro, o mesmo tipo de cabelo e traços culturais e sociais que os distingue, caracterizando assim etnias diferentes.

Trata-se não da afirmação de um polo para negar o outro, mas sim de termos uma visão dialética da relação entre igualdade e diferença, negando, por conseguinte a perspectiva que balizou o preconceito histórico que sempre excluiu mulheres, negros, indígenas, homossexuais, deficientes físicos, idosos, enfim, todos os que fogem a um determinado padrão. Esse horizonte é muito bem sintetizado na frase de sociólogo português Boaventura Souza Santos: "*temos direito a reivindicar a igualdade sempre que a diferença nos inferioriza e temos direito de reivindicar a diferença sempre que a igualdade nos descaracteriza.*"

Tais afirmativas condicionam a indagações do tipo: Se não existem, então, raças, como pode existir discriminação racial? Se somos diferentes, porém iguais, por que a hierarquização histórica de humanos, em função da cor de sua pele, da classe social a que pertence, de sua opção religiosa, dentre outras? A esse respeito, Foucault argumenta que:

[...] são os discursos eles mesmos que exercem seu próprio controle; procedimentos que funcionam, sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se tratasse desta vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso.” (FOUCAULT, 2002 p.21)

As diferenças são, então, concebidas como realidades sócio-históricas, em processo contínuo de construção-desconstrução-construção, dinâmicas, que se configuram nas relações sociais e estão atravessadas por questões de poder. São constitutivas dos indivíduos e dos grupos sociais. Em vez de adotarmos um conceito que divide a humanidade, inferiorizando grupos específicos, devemos reconhecer a diversidade cultural dos povos como manifestações da complexidade e da dinamicidade da humanidade. O reconhecimento do outro, do diferente, da alteridade, como sujeito histórico é a premissa básica para que possamos superar os preconceitos ligados às ideias racistas que o discurso por meio da afirmação de conceitos essencialistas não historicizados, são incapazes de perceber os processos de mudanças e de transformações sociais que padronizam e marginalizam os diversos grupos sociais.

A superação dessa realidade excludente passa, necessariamente, pela construção de uma cultura que não só compreenda os Direitos Humanos como direitos fundamentais, mas também como uma defesa da igualdade entre os seres humanos, respeitando, acima de tudo, as diferenças. Essa cultura deve permear os processos educativos (formais e não formais), visando à construção de sujeitos sociais críticos, tornando-se, então, fundamental o reconhecimento e o respeito ao saber do outro, a produção do conhecimento social relevante, o qual se dá com a autonomia de pensamentos, com sujeitos atuantes em uma determinada sociedade.

Acreditamos que o compromisso com o desenvolvimento histórico do ser humano não inclui a aceitação da divisão da humanidade, especialmente quando esta divisão inferioriza uns e superioriza outros, em função de diferenças culturais – étnicas, de gênero, orientação sexual, religiosas, entre outras, que se manifestam em todas as suas cores, sons, ritos, saberes, sabores, crenças e outros modos de expressão.

## REFERÊNCIAS

CANDAU, Maria Vera. **Sociedade multicultural e educação: tensões e desafios**. In CANDAU, Maria Vera (org). **Cultura(s) e educação: entre o crítico e pós-crítico**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

FILHO, Nemezio. **Para além do conceito de raça**. Revista Científica de Información y Comunicación. Número 3, Sevilla, 2006). Disponível em: <<http://icjournal.files.wordpress.com/2013/01/1265038555-4filho.pdf>>. Acesso em: 09/03/2013.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2002. (1 ed. 1996, Série Leituras Filosóficas).

FREIRE, Cristina Cavalcanti. RESENHA: LÉVI-STRAUSS, C. **“Raça e História”**. In Antropologia Estrutural II Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976, capítulo XVIII, pp 328-366. Disponível em: <<http://revista.ufr.br/index.php/textosedebates/article/download/896/738>>. Acesso em: 09/03/2013.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico / Roque de Barros Laraia**. – 17. ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

MORENO, Ricardo. **Somos diferentes-Somos iguais: construção e desconstrução do conceito de raça**. Revista Dialética, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://www.revistadialetica.com.br/ojs/index.php/web/article/view/4>>. Acesso em: 08/03/2013.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Cadernos PENESB (**Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira**). UFF, Rio de Janeiro, n. 5, p. 15-34, 2003.

**Raça**. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2013. [Consult. 2013-03-09]. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$raca](http://www.infopedia.pt/$raca)>.

SANTOS, B. S.(org.). 2003. **Democratizar a democracia – Os caminhos da democracia participativa**. Porto: Afrontamento.

UNESCO. **Educação como exercício de diversidade**. – Brasília: MEC, ANPEd, 2005. 476 p. – (Coleção educação para todos; 7).

ZARUR, George de Cerqueira Leite. **Raça**: biologia e construção social. Brasília: Câmara dos Deputados, 2005. Disponível em: < [http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema11/2005\\_10517.pdf](http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema11/2005_10517.pdf)>. Acesso em: 07/03/2013.